

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2



Atena
Editora
Ano 2019

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E78 O essencial da arquitetura e urbanismo 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (SP):
Atena Editora, 2019. – (O Essencial da Arquitetura e Urbanismo;
v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-266-1
DOI 10.22533/at.ed.661191704

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins,
Bianca Camargo. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nos dias de hoje, é muito discutido o papel social da Arquitetura e do Urbanismo. Por muitos anos, o papel social foi interpretado apenas como a arquitetura específica para as camadas populacionais de menor renda, sem acesso ao mercado formal de moradias – e de arquitetura. Porém, com a crise urbana em que vivemos atualmente, onde grandes parcelas da população não tem acesso às “benesses” do espaço urbano, essa discussão voltou à tona.

Muito mais do que levar a arquitetura para os mais necessitados, devemos reinventar nossa prática profissional para sermos os agentes transformadores da sociedade atual e enfrentarmos os desafios, sociais, políticos e econômicos que estamos vivenciando diariamente em nossas cidades.

Esta edição de “O Essencial de Arquitetura e Urbanismo 2” apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e urbanismo, como: arquitetura, ensino, conforto ambiental, paisagismo, preservação do patrimônio cultural, planejamento urbano e tecnologia. Assim, busca trazer ao leitor novos conceitos e novas reflexões para a prática da arquitetura e do urbanismo.

Neste contexto, é abordada desde as metodologias pedagógicas ativas a serem utilizadas no ambiente escolar até a compatibilização de projetos com o uso da Metodologia BIM (Building Information Modeling). A acessibilidade é abordada a partir de diversas perspectivas: desde um edifício isolado até a acessibilidade de uma cidade, evidenciando a importância da discussão nos dias de hoje. Cabe destacar também os estudos de análise de edificações culturais e de cenografia de exposições e performances. A relação da cidade com o seu patrimônio cultural é tratada em diversos capítulos, desde a gestão patrimonial até a utilização de cemitérios como espaços de memória – uma iniciativa prática que demonstra que a arquitetura, assim como a cultura, está em todos os lugares. Dou ênfase também à importância dada ao patrimônio imaterial, tema de extrema relevância e que é, muitas vezes, desvalorizado pelo poder público.

A discussão sobre a dinâmica dos espaços urbanos é extensa e deveras frutífera. Nesta edição, os capítulos focam na importância da arborização urbana para o bem estar da população, na participação popular nas discussões sobre a cidade, na problemática da existência de vazios urbanos em áreas urbanas consolidadas, nas estratégias de *city marketing*, na cidade global e demais temas que comprovam a multiplicidade de questões e formas de análise que envolvem a discussão sobre a vida urbana.

Por fim, são apresentados estudos sobre novas tecnologias e materiais voltados ao desenvolvimento sustentável, especialmente no tocante à gestão de resíduos da construção civil e à mitigação de riscos e desastres.

Convido você a aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir com os temas aqui abordados. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONTRIBUIÇÕES DOS ANAIS PARA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUITETURA E URBANISMO	
Sofia Pessoa Lira Souza Augusto Aragão Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.6611917041	
CAPÍTULO 2	13
INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E AS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS ATIVAS NA ESCOLA DO SÉCULO XXI	
Roberta Betania Ferreira Squaiella Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.6611917042	
CAPÍTULO 3	29
PROJETO DO FÓRUM ELEITORAL DE AFUÁ, O LUGAR SOB O PONTO DE VISTA DOS USUÁRIOS	
Angelo Pio Passos Neto Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	
DOI 10.22533/at.ed.6611917043	
CAPÍTULO 4	44
PROCESSO DE PROJETO CENTRADO NO USUÁRIO: PENSANDO A ACESSIBILIDADE	
Vanessa Goulart Dorneles Isabela Fernandes Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.6611917044	
CAPÍTULO 5	61
ACESSIBILIDADE NA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	
Lília Caroline de Moraes Cecília de Amorim Pereira Eduardo Raimundo Dias Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.6611917045	
CAPÍTULO 6	71
WRIGHT E SIZA: DOIS MUSEUS E O VISITANTE	
Andrya Campos Kohlmann Douglas Vieira de Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.6611917046	
CAPÍTULO 7	93
ENTRE O SÍMBOLO DO FASCIO - O PAVILHÃO FASCISTA EM SÃO PAULO	
Gustavo de Almeida Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.6611917047	

CAPÍTULO 8	106
A POESIA CÊNICA DE FLÁVIO IMPÉRIO: BREVE ANÁLISE DA CENOGRAFIA DE 'ROSA DOS VENTOS', DE MARIA BETHÂNIA (1971)	
Carlos Eduardo Ribeiro Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6611917048	
CAPÍTULO 9	122
CURADORIA COLETIVA E MEDIAÇÃO CULTURAL NA ELABORAÇÃO DA EXPOSIÇÃO: "DO ECLETISMO AO CONTEMPORÂNEO"	
Alexandre Sônego Carvalho	
Ana A. Villanueva Rodrigues	
Geise Brizotti Pasquotto	
Jéssica Priscila Grando	
DOI 10.22533/at.ed.6611917049	
CAPÍTULO 10	131
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO DE ECOVILAS: O CASO BEDZED	
Emiliana Rodrigues Costa	
Alexandre Pajeú Moura	
DOI 10.22533/at.ed.66119170410	
CAPÍTULO 11	145
WAYFINDING: FERRAMENTA DE PROJETOS NA GESTÃO HOSPITALAR	
Guilherme Gattás Bara	
José Gustavo Francis Abdalla	
Márcia Moreira Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.66119170411	
CAPÍTULO 12	152
TRANSFORMATIONS TO THE CLOISTERS AND THRESHOLD OF PAVILIONS IN HOSPITALS OF MEXICO	
María Lilia González Servín	
DOI 10.22533/at.ed.66119170412	
CAPÍTULO 13	160
CONJUNTO ESCOLA PARQUE: PATRIMÔNIO MATERIAL DA BAHIA E REFERÊNCIA PARA CONJUNTOS ESCOLARES NO BRASIL	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.66119170413	
CAPÍTULO 14	177
NOTAS PARA O ESTUDO DE CAPELAS DO CICLO DO OURO EM MINAS GERAIS	
Elio Moroni Filho	
DOI 10.22533/at.ed.66119170414	
CAPÍTULO 15	198
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO EM COLATINA E SUA TRAJETÓRIA	
Alexandre Valbuza Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.66119170415	

CAPÍTULO 16	214
ESTUDO DAS ARGAMASSAS ANTIGAS DA IGREJA DE N. S ^a DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS EM SÃO CRISTÓVÃO SE/BR	
Eder D. da Silva Adriana D. Nogueira Taina G. dos Santos Gabriela de M. Rabelo Maisa da R. Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.66119170416	
CAPÍTULO 17	229
A INSERÇÃO DOS CEMITÉRIOS NA HISTÓRIA DA CIDADE DE BELÉM NO SÉCULO XIX	
Amanda Roberta de Castro Botelho	
DOI 10.22533/at.ed.66119170417	
CAPÍTULO 18	245
ITINERÁRIOS DA MEMÓRIA: O CEMITÉRIO COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
Marcelina Das Graças De Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.66119170418	
CAPÍTULO 19	257
AS TESSITURAS DA MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DO ESPAÇO: HISTÓRIA ORAL E PATRIMÔNIO NA PEDREIRA PRADO LOPES	
Alexandra Nascimento Alex César de Oliveira Fonseca Ingrid Nayara Brito Jhonatan Ribeiro Santos Letícia Ferreira D'Angelo Martin Nicolas Rodriguez Stenia Carvalho Pessoa Talita Freitas de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.66119170419	
CAPÍTULO 20	272
O CRESCIMENTO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL	
Monique Avelino Damaso	
DOI 10.22533/at.ed.66119170420	
CAPÍTULO 21	284
FESTA DE SANTA CRUZ EM OURO PRETOA TRADIÇÃO CULTURAL COMO ELEMENTO DE IDENTIDADE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA COMUNIDADE	
Letícia Campos Filgueiras Fabiana Mendes Tavares Jacques	
DOI 10.22533/at.ed.66119170421	
CAPÍTULO 22	300
MEMÓRIA OU NOSTALGIA? AS RELAÇÕES CIDADE-EMPRESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: UM ESTUDO DE CASO DA SIDERURGIA EM MINAS GERAIS	
Ronaldo André Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66119170422	

CAPÍTULO 23	315
UMA RUA DE MUITOS LUGARES - ROTEIRO PELO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ	
Lúcia de Fátima Lobato Ferreira	
Francisco de Assis Pereira de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.66119170423	
CAPÍTULO 24	326
GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DIAGNÓSTICO DA ATUAÇÃO DO ESTADO EM SÍTIO TOMBADO	
João Gustavo Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66119170424	
CAPÍTULO 25	351
CONSELHO DE PATRIMÔNIO CULTURAL COMO AGENTE DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA SOCIAL: ESTUDO DE CASO DO CMPC EM PIEDADE DO RIO GRANDE-MG	
Jucilaine Neves Sousa Wivaldo	
Gilson Camilo de Sousa Neto	
João Batista de Sousa Neto	
DOI 10.22533/at.ed.66119170425	
SOBRE A ORGANIZADORA	363

NOTAS PARA O ESTUDO DE CAPELAS DO CICLO DO OURO EM MINAS GERAIS

Elio Moroni Filho

Pós-doutorado em História da Arte, em andamento; Programa de Pós-Graduação em História da Arte; Departamento de História da Arte; Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
Guarulhos – SP

RESUMO: A literatura especializada reserva pouca atenção às capelas do período colonial no Brasil, concentrando-se nas manifestações da arquitetura religiosa de grande porte que vinculam as igrejas setecentistas brasileiras ao barroco tardio internacional. Este trabalho busca, ao contrário, ampliar o conhecimento científico sobre arquitetura religiosa colonial de pequeno porte. Especificamente, descrevem-se o modelo arquitetônico e as técnicas construtivas de capelas construídas no município de Mariana, no período de 1700 a 1750. A metodologia de pesquisa fundamenta-se na identificação e observação direta das capelas, assim como no uso conjugado de fontes iconográficas, orais e escritas. São resultados parciais desta pesquisa: predominância do modelo arquitetônico definido por planta retangular formada por nave e capela-mor; telhado duas-águas; frontão triangular de linhas retas; inexistência de torre sineira; sacristia lateral com entrada independente; decoração

interna e externa escassas. Em relação às técnicas construtivas, foram identificadas edificações em pau a pique, adobe e alvenaria de pedra. Os resultados sugerem uma arquitetura religiosa que incorpora materiais construtivos extraídos de seu entorno imediato e que atendem necessidades locais, além de um modelo arquitetônico ajustado ao estilo designado por Maneirismo.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural brasileiro. Minas Gerais. Arquitetura religiosa colonial. Capelas.

ABSTRACT: Specialized literature reserves little attention for the colonial period chapels in Brazil rather it concentrates on the manifestations of large-scale religious architecture which associates eighteenth century Brazilian churches with the late international Baroque. This work diminishes this lacuna by amplifying scientific knowledge about small-scale religious architecture from the colonial period. Moreover, it specifically describes the architectonic model as well as the construction techniques of chapels built in the municipality of Mariana from 1700 to 1750. The research methods are based on direct identification and observation of these chapels in conjunction with iconographic, oral and written sources. The partial results of this research are predominance of an architectonic model defined by a rectangular plant formed by

a nave and sanctuary; gabled roof; straight-lined triangular façade (frontal exterior); nonexistent campanile (bell tower); lateral sacristy with an independent entrance; scarcity of internal and external decoration. These results suggest an architectural model adjusted to the designated Mannerist Style.

KEYWORDS: Brazilian cultural heritage. Minas Gerais. Colonial religious architecture. Chapels.

1 | INTRODUÇÃO

O Maneirismo é tendência artística italiana do século XVI, manifestando-se primeiramente em Florença, desenvolvendo-se em Roma, entre 1520 e 1527, prolongando-se a nível internacional até o início do século XVII (GRASSI, 2011, p. 5). O Maneirismo distingue-se pelo abandono dos princípios renascentistas de objetividade, razão, regularidade e ordem, tendo como “aspecto mais impressionante” o abandono “da ficção de que uma obra de arte seja um todo orgânico, indivisível e inalterável, feito de uma só peça [...] obra de arte anticlássica característica compõe-se dos elementos mais variados e heterogêneos, todos mais ou menos independentes uns dos outros” (HAUSER, 1993, p. 30). No que diz respeito à arquitetura religiosa portuguesa do final do século XVI a meados do século XVIII, Pais da Silva (1996, p. 154-155) assinala a estreita associação entre o Maneirismo e a atividade arquitetônica resultante da orientação dos padres jesuítas, tendo a Companhia de Jesus adotado e generalizado os padrões maneiristas nas zonas capitais do mundo português. Assim, não se contesta a designação arquitetura jesuítica ou estilo jesuítico, empregada por Lúcio Costa (1941) e Robert Smith (1948) para o estudo da arquitetura religiosa quinhentista e da primeira metade do século XVIII, no Brasil. Argumenta-se, porém, que o conceito de Maneirismo é recurso teórico que confere ao investigador maior liberdade e amplitude de análise do objeto desta pesquisa, permitindo o entendimento de características que tipificam o Maneirismo como um todo, por meio da comparação (semelhanças, diferenças, relações), em nível de literatura especializada, de edifícios religiosos brasileiros do período colonial com edifícios maneiristas religiosos e civis de outros territórios do mundo português, e com edifícios, da mesma corrente artística, elaborados fora da influência direta da Companhia de Jesus e dos territórios do antigo império ultramarino português. Nessa direção, a literatura especializada nacional ainda reserva pouca atenção às capelas do período colonial no Brasil, concentrando-se nas manifestações da arquitetura religiosa de grande porte que vinculam as igrejas setecentistas brasileiras ao Barroco tardio internacional. Com efeito, a ênfase dos estudiosos da arquitetura religiosa colonial brasileira tem sido as edificações de grande porte, especialmente aquelas construídas para segmentos sociais abastados e politicamente dominantes, colocando em segundo plano de importância as edificações religiosas de pequeno porte: as capelas. Os estudos de capelas do período colonial e de seus bens móveis e integrados são escassos e foram realizados, em sua maioria, na primeira metade do

século XX. Este trabalho buscou, ao contrário, contribuir para o conhecimento científico sobre arquitetura religiosa colonial de pequeno porte. Especificamente, descrevem-se elementos do partido arquitetônico de capelas construídas durante o período de 1700 a 1750, investigando sua vinculação a corrente artística do Maneirismo. O recorte geográfico deste trabalho é o Estado de Minas Gerais, nomeadamente o município de Mariana, que se formou durante o Ciclo do Ouro (século XVIII) e foi outrora denominado Vila de Nossa Senhora do Carmo (VASCONCELOS, 1999, p. 291-292). O município de Mariana foi escolhido por sua importância durante o período colonial, tendo sido sede do poder religioso nas Minas Gerais do século XVIII. Também se considerou a relevância de Mariana enquanto patrimônio cultural nacional, bem como a vulnerabilidade do seu acervo arquitetônico e artístico do período colonial. Define-se capela como “construção religiosa de pequeno porte” (TIRAPELI, 2008, p. 300). Cragoe (2014, p. 247) define capela como “igreja não paroquial, normalmente de pequenas dimensões”. A ideia de construção religiosa de pequenas dimensões já aparece no dicionário de Raphael Bluteau (1728, p. 121), que caracteriza capela como “Capella mór [...] o que tem alguma proporção com o que chamamos Capella mór, que he o lugar da Igreja mais proprio dos Sacerdotes [...] para o que vulgarmente fe entende por Capella de huma Igreja temos outras palavras Latinas mais proprias, v. g. AEdicula, como diminutivo de Aedes, q no fingular significava Templo [...] para mayor clareza fe poderá acrescentar a AEdicula o epitheto Sacra [...]]. Mourão (1986) denomina capela qualquer igreja que não seja matriz, incluindo edificações religiosas de grande porte como a da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em Mariana. O Código de Direito Canônico (2018, p. 143-144), promulgado pela Constituição Apostólica *Sacrae Disciplinae Leges* de 25 de janeiro de 1983, no pontificado de João Paulo II, distingue igreja como edifício sagrado destinado ao culto divino, dando à capela a definição de capela particular, entendida como lugar destinado, com a licença do Ordinário local, ao culto divino em favor de uma ou mais pessoas físicas. Essas duas últimas definições seriam inadequadas neste texto, por não expressarem o aspecto central do objeto de pesquisa, que é a dimensão (tamanho) dos edifícios religiosos. O estágio rudimentar do conhecimento sobre as capelas mineiras do período colonial exigiu um delineamento de pesquisa flexível, que possibilitasse a consideração de aspectos variados relativos ao tema, contribuindo com a elaboração de hipóteses nas etapas ulteriores da investigação. Na seção seguinte, descreve-se a metodologia empregada na obtenção dos dados.

2 | METODOLOGIA DE PESQUISA

O conjunto arquitetônico e urbanístico de Mariana possui tombamento federal desde 1938 (BRASIL... Programa Monumenta, 2005). Possuem tombamento municipal os núcleos históricos urbanos dos Distritos de Camargos (2004), Furquim (2005), Santa Rita Durão (2009), Monsenhor Horta (2010) e Padre Viegas (2010) (BRASIL... Patrimônio protegido..., 2018). Entretanto, a identificação de capelas setecentistas,

construídas na área de investigação, não pode ser fundamentada exclusivamente na documentação oficial disponível no IPHAN e na prefeitura municipal de Mariana. Tome-se, como exemplo, as ruínas de uma capela consagrada a Nossa Senhora do Rosário, localizada no Distrito de Bandeirantes. Essa edificação é desconhecida dos pesquisadores que se atêm exclusivamente aos documentos oficiais e à literatura especializada disponível no presente, pois não consta dos inventários federais e municipais referentes ao município de Mariana. Assim, considerou-se a pesquisa exploratória como o delineamento mais adequado para se preencher a lacuna das fontes documentais e bibliográficas, uma vez que esse tipo de pesquisa oferece visão geral a respeito de temas pouco explorados (GIL, 2008, p. 27). Utilizaram-se a fotografia documental (OLIVEIRA, 2008, p. 51), a observação (LIMA, 2004, p. 98-101) e o projeto de arquitetura (ASSOCIAÇÃO, 1995, p. 2) como principais procedimentos de coleta de dados. A pesquisa exploratória foi realizada nos meses de julho de 2015, julho de 2016 e setembro de 2016, tendo sido visitados a cidade de Mariana e seus Distritos Cachoeira do Brumado, Furquim, Monsenhor Horta e Padre Viegas, além do extinto Subdistrito de Bento Rodrigues. As ruas dessas localidades foram percorridas a pé, sendo que a interação com os habitantes locais mostrou-se relevante para o trabalho de campo, pois eles indicaram a localização de capelas construídas no século XVIII. O registro fotográfico foi realizado com câmera digital reflex de objetiva simples, modelo NIKON D7100, do fabricante Nikon Corporation. A pesquisa exploratória, cujos resultados foram parcialmente utilizados na elaboração deste capítulo, deu origem ao total de 1.234 registros fotográficos digitais, cuja seleção obedeceu aos critérios de definição, contraste e profundidade de campo (OLIVEIRA, 2008, p. 59). No município de Mariana, foram observadas as capelas de Santo Antônio, Distrito-sede; Santana, Distrito-sede; Santa Teresa D'Ávila, Distrito de Bandeirantes; Nossa Senhora do Rosário, em ruínas, Distrito de Bandeirantes; Nossa Senhora da Conceição, Distrito de Passagem; São Bento e Nossa Senhora das Mercês, extinto Subdistrito de Bento Rodrigues, Distrito de Santa Rita Durão. Elaborou-se o desenho arquitetônico da Capela de Santa Teresa D'Ávila, selecionada por sua antiguidade no contexto local – teria sido construída em 1703, de acordo com Diogo de Vasconcelos (1999, p. 151) – e por exemplificar características da arquitetura religiosa maneirista tratadas nas seções subsequentes deste texto. O desenho de arquitetura foi elaborado por profissional registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU, resultando nas seguintes peças gráficas: duas plantas de edificação (térreo e coro); um corte longitudinal; três fachadas (Norte, Sul, Leste); um quadro geral de esquadrias.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A origem de Mariana está associada à exploração do ouro pela bandeira comandada pelo coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, que se fixou à margem de um ribeirão onde fundou, em 1696, o Arraial do Ribeirão do Carmo, em

homenagem ao dia de Nossa Senhora do Carmo. O ouro, encontrado inicialmente no Ribeirão do Carmo, transformou o arraial em um dos principais fornecedores desse minério para Portugal (BRASIL... Mariana..., 2018). Em 1711, o arraial foi elevado à vila e, em 23 de abril de 1745, Dom João V elevou a vila à categoria de cidade, dando-lhe o nome de Mariana em homenagem a sua esposa, Maria Ana d'Áustria (JORGE, 2006, p. 162). Na segunda metade do século XVIII, surgiram os edifícios institucionais e, ao final daquele século, todo o seu acervo arquitetônico estava constituído (BRASIL... Mariana... 2018). Na história da América Portuguesa, Mariana inscreve-se no processo de povoamento urbano desencadeado pela exploração das jazidas auríferas, que provocou o deslocamento do eixo econômico-administrativo da Colônia para o Centro-Sul, bem como o desenvolvimento de articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna (MORAES, 2007, p. 65). No que diz respeito à arquitetura religiosa setecentista de pequeno porte, o acervo arquitetônico de Mariana e de seus Distritos é constituído de capelas que remontam ao período inicial da exploração do ouro, localizadas, sobretudo, nos Distritos de Mariana pouco visitados pelos turistas e pouco conhecidas dos pesquisadores que se dedicam ao estudo do patrimônio arquitetônico religioso das Minas setecentistas. Nesta seção, organizam-se as notas de pesquisa das capelas, considerando-se determinantes do partido arquitetônico definidos por Lemos (2003, p. 40-41): técnica construtiva, conforme recursos locais, humanos e materiais, incluindo a intenção plástica subordinada, às vezes, aos estilos arquitetônicos; condições físicas e topográficas do sítio onde se intervém; programa de necessidades, consoante usos, costumes populares ou conveniências do empreendedor; condições financeiras do empreendedor no quadro econômico da sociedade; legislação regulamentadora e/ou normas sociais e/ou regras de funcionalidade.

3.1 ELEMENTOS CRONOLÓGICOS

A dificuldade de se encontrarem fontes documentais torna fragmentada a cronologia da Capela de Santo Antônio, assim como a dos outros templos descritos nesta seção. O Arraial do Ribeirão do Carmo possuía, em 1703, a Capela de Nossa Senhora do Carmo, construída por Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e pelo capelão da Bandeira, Padre Francisco Gonçalves Lopes, e a Capela da Conceição, erguida pelo português Antônio Pereira Machado, que viria a se tornar a Matriz da Conceição da Vila do Carmo. Embora se desconheça a localização exata da Capela de Nossa Senhora do Carmo, essa capela bandeirante, erguida aproximadamente em 1700, que ficava no âmbito da praia de Mata-Cavalos, onde teve início a exploração do ouro, era a que mais tarde foi denominada Rosário Velho, por ter sido cedida à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, e que hoje está consagrada a Santo Antonio (VASCONCELLOS, 1938, p. 3-4). Em 1762, a Irmandade do Rosário vendeu à mesa administrativa da Ordem Terceira de São Francisco, os retábulos, o arco-cruzeiro, as

grades, os púlpitos, a porta principal, entre outros objetos da Capela do Rosário Velho, utilizados na construção da capela provisória da Ordem Terceira de São Francisco (TRINDADE, 1945, p. 195). Já no século XX, os muros de pedra, que cercavam a capela, e a escada do mesmo material, que nascia na Rua Direita e que dava acesso ao templo, foram dilapidados pelos moradores de Mariana, durante a década de 1940 (BORIM, 2009, p. 32-33). O edifício atual, que “talvez se restringisse aos dois lanços da parte de trás” (VASCONCELLOS, 1938, prancha 33), é constituído de nave, capela-mor e sacristia. A fundação e a localização da Capela de Nossa Senhora do Carmo e da Capela da Conceição são motivos de discordância entre estudiosos, já que Santos (1951, p. 158) identifica a extinta ermida de Santo Antônio, outrora existente no Distrito de Passagem e documentada por Falcão (1946, p. 101), como a primitiva Capela da Conceição, atribuindo sua construção ao Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. Diogo de Vasconcelos (1999, p. 151) estima 1703 o ano de construção da Capela de Santa Teresa D’Ávila, que teve seu patrimônio instituído pelo português Pedro Rosa de Abreu, um dos primeiros mineradores de Minas Gerais (FRANCO, 1954, p. 9). Em 1823, Dom Frei José da Santíssima Trindade, Bispo de Mariana, visita a Freguesia de São Sebastião, notando a “Capela de Santa Teresa”, “muito pobre” (TRINDADE, 1998, p. 153). O Cônego Raimundo Trindade (1945, p. 56) baseia-se num registro documental para estimar 1718 o ano de fundação da Capela de São Bento: nos “autos de uma justificação, requerida pelos moradores de Bento Rodrigues, em 1743, certa testemunha depôs: ‘vi, haverá vinte e cinco anos, começar as obras da capella com licença que estava em mãos do defunto João Ribeiro da Silva’”. Salomão de Vasconcellos (1938, p. 79) informa que não é “possível determinar nem a data da constituição da Irmandade, nem da construção do prédio” da Capela de Santana. O Cônego Raimundo Trindade (1945, p. 158-160) baseia-se no testamento do Padre Matias Fernandes Afonso, datado de 7 de julho de 1744, para afirmar que a capela já existia, em 1720. A capela é mencionada, no termo de arrematação “da ponte do caminho da Capela de Santa Ana”, datado de 20 de julho de 1730, existente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (FIGUEIREDO, 2017, p. 7). A irmandade de Santa Ana é citada, em documento anterior a 1736. Trata-se do requerimento “de irmãos confrades de Santa Ana da Vila do Carmo das Minas Gerais, pedindo esmola para continuarem a obra de uma casa em que possam recolher e curar os enfermos pobres das Minas”, existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (CATÁLOGO, 2018, p. 513). A provisão de ereção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, no Distrito de Bandeirantes, foi encontrada, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, na folha n. 271, verso, linhas 12 a 46, do Tomo II, do livro de Provisões, portarias, licenças e etc. 1748-1750, Armário 2, Prateleiras 1, 2, 3, 4. A provisão de ereção possui a data de 30 de maio de 1750, tendo sido registrada em favor dos Irmãos de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e Santo Elesbão da Freguesia de São Sebastião, denominação do Distrito de Bandeirantes, no século XVIII. No Distrito de Passagem, a Capela de Nossa Senhora da Conceição foi inaugurada em 1999, tendo

sido construída no terreno de uma capela do Senhor dos Passos, outrora reservada a devoção aos Passos da Paixão, cujas ruínas foram aproveitadas para a capela-mor do templo atual (RODRIGUES; MOREIRA, 2013, p. 53-54). A Capela de Santa Teresa D'Ávila exemplifica a dificuldade de se encontrarem fontes documentais que auxiliem na composição da cronologia dos templos supracitados. Em História antiga das Minas Gerais, publicado pela primeira vez em 1901, Diogo de Vasconcelos cita o testamento de Pedro Rosa de Abreu, que instituiu o patrimônio da Capela de Santa Teresa D'Ávila e que faleceu, em Vila Rica, em 14 de maio de 1728 (VASCONCELOS, 1999, p. 151). Ainda não se conseguiu encontrar a certidão de óbito e o testamento de Pedro Rosa de Abreu, apesar da busca realizada na Casa do Pilar, no Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar e no Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Ouro Preto. Certamente, Diogo de Vasconcelos leu o testamento, mas não indicou sua localização. Acrescenta-se a dificuldade de não se ter tido acesso direto aos acervos documentais, em Ouro Preto, uma vez que a pesquisa documental foi realizada por funcionários daqueles três arquivos, mediante exigência de solicitação prévia do pesquisador.

3.2 ORIENTAÇÃO DOS TEMPLOS

A orientação de alguns templos pode indicar a reprodução de normas da época romana na arquitetura religiosa setecentista, no município de Mariana. Vitruvius determina que, “se o templo sagrado tiver de ser construído junto a um rio, como no Egito ao longo do rio Nilo, será conveniente ficar de frente para as suas margens” (VITRÚVIO, 2007, p. 222). Em Mariana, a Capela de Santo Antônio (Distrito-sede), a Capela de Santa Teresa D'Ávila (Distrito de Bandeirantes), a Capela de Santana (Distrito-sede) e templos de maior porte, como a Igreja Matriz de São Sebastião (Distrito de Bandeirantes), a Igreja Matriz do Bom Jesus do Monte (Distrito de Furquim) e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Distrito de Camargos) ficam de frente para cursos d'água. Não há contradição na suposição da existência de elementos clássicos na obra anticlássica, pois é nos Dez livros sobre a arquitetura que se apoiam todas as teorias da arquitetura a partir do Renascimento, acrescentando-se que a competência de autores de tratados de arquitetura dos Tempos Modernos, no domínio teórico da arquitetura, foi apurada por investigações arqueológicas de monumentos antigos, a exemplo de Andrea Palladio (BIERMANN et al., 2015, p. 6, 96).

3.3 MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

No Brasil, as construções em pedra datam do primeiro século da colonização, variando a técnica de aplicação das pedras conforme as argamassas em que são assentadas: pedra seca, que dispensa argamassa e se obtém a acomodação das pedras maiores pela interpolação de pedras menores; pedra e barro, em que as pedras

são assentadas em argamassa de terra; pedra e cal, em que a alvenaria é erguida com argamassa de cal e areia (VASCONCELLOS, 1979, p. 23, 29-30; BRAGA, 2000, p. 8-9). Adobes ou adobos são blocos de barro produzidos manualmente, em moldes preenchidos com barro compactado e secados ao ar livre, adquirindo maior resistência e permitindo que sejam assentados com argamassa de barro (MINKE, 2015, p. 72; WEIMER, 2012, p. 265). Em Minas Gerais, igrejas inteiras foram construídas de adobe, como a Matriz de Santa Rita Durão, no município de Mariana (BAZIN, 1983, v. 1, p. 58). Já o pau a pique é a técnica que consiste em tomar troncos e galhos de madeira retos, que nas extremidades inferiores são fincados no chão e nas extremidades superiores são fixados a suportes horizontais – normalmente vigas que servem de suportes para a estrutura do telhado. Trata-se, por assim dizer, de uma grade de madeira cujas frestas são preenchidas por barro. Essa técnica pode apresentar uma variante na qual a madeira, em lugar de ser fincada no chão, apoia-se sobre um baldrame (WEIMER, 2012, p. 235, 236). Nas Minas setecentistas, o pau a pique foi empregado em edifícios religiosos diversos, como a Capela de Nossa Senhora do Ó (Sabará), a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Catas Altas) e a Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, em Ouro Preto (SANTOS, 1951, p. 86). A identificação dos materiais e técnicas construtivas empregados na construção dos templos de que trata este trabalho foi realizada por meio de observação direta e de informações verbais de zeladores das capelas e de moradores do município de Mariana. Foram identificadas duas construções em alvenaria de pedra seca e alvenaria de pedra com argamassa de barro – Capela de Nossa Senhora da Conceição (Figura 1) e Capela de Nossa Senhora do Rosário (Figura 2) – e duas construções em terra, especificamente, pau a pique e adobe: Capela de São Bento (Figura 3) e Capela de Santa Teresa D’Ávila (Figuras 4, 5, 6).

A Capela de Nossa Senhora da Conceição foi edificada no local das ruínas de uma ermida de pedra reconstruída e incorporada ao templo atual como capela-mor. Os materiais construtivos da capela-mor são a canga, indicada pelas setas vermelhas, o xisto, assinalado pelas setas amarelas e o quartzito, documentado pelas setas azuis (Figura 1). Observam-se as técnicas construtivas de alvenaria de pedra com argamassa de barro e alvenaria de pedra seca, nos vestígios da ermida, tal como se apresentam hoje. Pedras aparelhadas de maiores dimensões foram aplicadas nos cunhais, para reforçar a estabilidade das paredes (Figura 1, setas vermelhas). As paredes possuem faces exteriores planas, mas o tamanho e a forma da canga são irregulares, sendo que alguns blocos, exemplificados nas setas verdes, parecem ter sido utilizados em estado natural. O xisto e o quartzito possuem forma constante, mas suas dimensões variam de lascas a placas retangulares de maior espessura dos dois materiais, assinaladas pelas setas amarelas e azuis (Figura 1). As juntas foram preenchidas com terra e pedras menores que formam o entremeado ordinariamente designado por canjicado, exemplificado nas áreas tracejadas da Figura 1. A integridade da argamassa de barro insinua intervenção recente. A existência de degraus (Figura 1, setas laranjas) parece

indicar a entrada da capela primitiva, assim como sugere que a alvenaria de pedra seca tenha sido erguida durante a construção do edifício que atualmente se encontra no local.



Figura 1 – Trecho de parede da capela-mor. Capela de Nossa Senhora da Conceição

Fonte: Acervo do autor.

Por meio do contato com moradores do Distrito de Bandeirantes, soube-se da existência de ruínas de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário, localizadas no alto de um morro coberto por vegetação nativa. Uma moradora do Distrito conduziu o pesquisador ao local das ruínas, abrindo caminho no mato a golpes de facão e enxada. Nas ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário restam dois segmentos de paredes externas de alvenaria de pedra. Essas paredes resultam do assentamento de blocos de canga de forma e dimensões irregulares e de blocos do mesmo material com forma geométrica retangular mais ou menos definida (Figura 2). As juntas são preenchidas com argamassa de barro e pedras pequenas embutidas na argamassa, exemplificadas, respectivamente, nas áreas tracejadas e nas áreas pontilhadas (Figura 2). As paredes possuem fendas verticais e diagonais. A fendilhação também atinge os blocos de canga, sendo que as setas podem indicar a evolução das fendas sem tendência para a estabilização (Figura 2). A desagregação da pintura e do reboco, dos quais restam resquícios, evoluiu para a desagregação da argamassa e da própria canga. A permanência das ruínas é ameaçada não apenas pelo abandono e pelas patologias do sistema construtivo, mas também pela inexistência de proteção municipal, estadual e federal.



Figura 2 – Trecho de parede das ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário

Fonte: Acervo do autor.

Em relação às capelas construídas em terra, obteve-se informações sobre elementos do sistema construtivo da Capela de Santa Teresa D'Ávila e da Capela de São Bento. A primeira tem paredes de adobe parcialmente substituídos por tijolos, em decorrência de uma reforma realizada pela população de Bandeirantes, na década de 1990, de acordo com informação verbal de morador daquele Distrito. A Capela de São Bento possui paredes de pau a pique e fundações de alvenaria de pedra, conforme informação verbal do zelador daquele templo. A Figura 3 documenta segmento do interior da nave da Capela de São Bento, sugerindo estrutura autônoma constituída por peças de madeira. Essa figura mostra parte da armação de madeira composta por esteios (seta vermelha), frechais (seta verde) e vigas (seta amarela) que suportam as cargas do forro e da cobertura distribuídas em apoios intervalados que as transmitem ao solo. Na mesma foto, a seta azul indica o que parece ser uma “madre”, denominação dada à viga horizontal colocada entre o frechal e o baldrame, tendo por função o alívio das cargas do segundo (VASCONCELLOS, 1979, p. 34). Esteios de seção cilíndrica e de seção quadrada parecem estar apoiados no alicerce de alvenaria de pedra mencionado pelo zelador da capela. A se considerar a estrutura autônoma de madeira, as paredes de pau a pique assumem a função de elementos de vedação dos vãos, sem função estrutural. Conjectura-se que a estrutura autônoma de madeira e a vedação de pau a pique estejam sobre paredes de alvenaria de pedra, conforme sugerem a observação e a informação verbal do zelador da capela (“fundações de pedra”). Dificilmente, a ocorrência conjunta da estrutura maciça e da estrutura independente será comprovada, considerando que a Capela de São Bento foi destruída pelo rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, pouco mais de três meses após a visita do pesquisador ao extinto Subdistrito de Bento

Rodrigues.



Figura 3 – Interior da nave da Capela de São Bento

Fonte: Acervo do autor.

3.4 PARTIDO GERAL DE COMPOSIÇÃO

O partido geral de composição das capelas define-se por: planta retangular formada por nave e capela-mor com pé-direito mais baixo do que o da nave (Santo Antônio, Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); telhado de duas-águas (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); sacristia com entrada independente e pé-direito mais baixo do que o da capela-mor (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila – nesse caso, pé-direito mais baixo do que o da nave –, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); inexistência de torre sineira (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); adro com cemitério desativado ou em funcionamento (Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); inexistência de decoração interna nas paredes e forros da nave, da capela-mor e da sacristia (Santo Antônio, Santana – exceto o forro da nave, em caixotões –, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); decoração externa escassa ou inexistente (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês). Esse partido de composição aproxima as capelas de um dos tipos de planta que Lúcio Costa (1941) observa nas igrejas jesuíticas brasileiras:

O partido tão generalizado, próprio das igrejas mais antigas e daquelas que, embora relativamente recentes, obedeceram a um programa mais modesto de construção: igrejas onde aparecem perfeitamente diferenciadas a nave e a capela-mor propriamente dita, de largura e pé direito menores [...] partido claro e franco de composição, que depois se desenvolve em Minas Gerais. (COSTA, 1941, p. 29).

Smith (1939, p. 119-120) afirma que a planta de nave única e capela-mor retangular

deriva das capelas do Norte de Portugal, assim como a sacristia, que toma seu lugar ao lado da capela-mor, projetando-se do bloco principal do edifício, à direita ou à esquerda. A fachada principal dessas capelas compõe-se de três pequenas janelas colocadas acima da porta estreita única, sistema derivado da arquitetura manuelina, mas desenvolvido e usado extensivamente nas capitâneas do Norte do Brasil, tendo sido levado para as Minas por construtores baianos. O partido arquitetônico, delineado nas linhas anteriores, enquadra-se na corrente artística do Maneirismo, que “ergueu pela primeira vez sua bela cabeça em Roma por volta de 1520” (SHEARMAN, 1978, p. 22), quando Girolamo Francesco Mazzola – Il Parmigianino – postou-se diante de um espelho convexo e pintou o Auto-retrato num espelho convexo (HOCKE, 1974, p. 15; CHARLES et al., 2007, p. 132). Em Portugal, os arquitetos da Companhia de Jesus foram os representantes mais influentes da arquitetura maneirista, tendo os jesuítas introduzido o Maneirismo na América Portuguesa (BURY, 1991, p. 44, 45). Como categoria operatória no estudo da arquitetura religiosa maneirista portuguesa, consideram-se as características do Maneirismo definidas por Pais da Silva (1996):

um grupo de monumentos onde a zona central da fachada se sobrepõe às torres – conflito não exclusivo mas frequentemente assinalável nos produtos daquele estilo [...] No risco das plantas [...] decidida preferência pela forma secamente retangular [...] a força de uma geometria que se socorre principalmente de linhas rectas [...] Quanto à organização dos frontispícios [...] divisão em panos verticais, desproporção entre os diversos andares, o rígido sublinhado horizontal das cornijas que apresentam forte balanço e impedem articulação consequente com as torres, a luta pela conquista do espaço, na zona superior da fachada, entre as aletas e as torres [...] o desequilíbrio entre as superfícies cheias e os vãos [...] as escalas diferentes do tratamento das torres e fachadas [...] a desproporção entre a altura desta e o frontão que a remata [...] fachada sem profundidade e dividida em tramos verticais mediante pilastras, muitas vezes de porta única e dominada superiormente por poucas aberturas, rigorismo rectilíneo acentuado e austera economia decorativa [...]. (PAIS DA SILVA, 1996, p. 179-183).

Acrescentem-se outros traços predominantes na arquitetura maneirista, como o princípio de alongamento (HAUSER, 1993, p. 377, 385) e a planimetria das fachadas que recebem e emitem luz (ARGAN, 1999, p. 377), assim como o desenho retangular das plantas e dos vãos, os temas ambivalentes e as funções duplas:

o tratamento da edificação em serenas superfícies retangulares tanto em planta quanto nas elevações e desenho dos vãos [...] o mesmo edifício é um palácio e um monastério, a mesma pilastra sustenta o entablamento e funciona como moldura lateral de um painel de parede. As duas funções são indicadas claramente, transmitindo assim uma ambigüidade deliberada. (BURY, 1991, p. 28, 44).

A observação sugere que as capelas do Ciclo do Ouro – especificamente, as capelas setecentistas observadas durante a realização desta pesquisa, em Mariana – mantêm fidelidade aos princípios do Maneirismo e às convenções da arquitetura religiosa maneirista portuguesa, elaborando, também, soluções formais regionais. A

Capela de Santa Teresa D'Ávila pode ser a precursora de preceitos da arquitetura maneirista adotados nas capelas mineiras construídas na primeira metade do século XVIII, em Mariana. Essa capela possui planta retangular estreita e alongada, constituída de nave única e de uma seção de pé-direito mais baixo com três espaços internos especificados por seu uso atual: sacristia, por nele existir uma pia de água benta, imagens devocionais e objetos litúrgicos; sala onde há mesa aparentemente utilizada para reuniões de devotos; depósito que guarda objetos diversos. A planta retilínea possui 21,13 m de comprimento. O interior da nave possui 5,43 m de largura na entrada da capela, sendo que essa dimensão diminui para 5,23 m e 5,18 m de largura ao se caminhar em direção ao retábulo (Figura 4). São também desiguais as dimensões dos vãos retangulares superiores das paredes externas da nave, que permitem a entrada de luz natural e a renovação do ar por meio de ventilação cruzada. As aberturas superiores da fachada Norte, designadas, na planta baixa da edificação (Figura 4), pela sigla J6, possuem 40 cm de largura, 60 cm de altura e 3,61 m de parapeito, sendo a última dimensão correspondente à altura entre o piso acabado e a base inferior da abertura. Os vãos da fachada Sul são designados pelas siglas J5 e J7. A abertura J5 possui 37 cm de largura, 72 cm de altura e 3,51 m de parapeito, enquanto as dimensões de J7 são 40 cm de largura, 63 cm de altura e 3,59 m de parapeito. A abertura J15, na fachada Norte, e a abertura J14, na fachada Sul, iluminam o retábulo de Santa Teresa D'Ávila. As dimensões do vão J15 são 1,13 m de largura, 41 cm de altura e 2,21 m de parapeito, enquanto J14 possui as dimensões de 1,04 m de largura, 41 cm de altura e 2,34 m de parapeito. À exceção da porta de entrada, é possível que as aberturas da nave nunca tenham tido esquadrias. No presente, telas metálicas impedem a entrada de pássaros e outros animais na capela. A largura irregular da nave, bem como as dimensões desiguais dos vãos da Capela de Santa Teresa D'Ávila, parecem ser provas da imperícia técnica da mão-de-obra empregada na construção do edifício. A imperfeição técnica da capela suscita o problema, formulado por Günter Weimer (2012, p. 286), da fronteira entre manifestações populares, em que predominam questões funcionais imediatas, e manifestações eruditas, em que existem preocupações mais acuradas com características estéticas, na arquitetura luso-brasileira. A complexidade desse problema ultrapassa os limites desta pesquisa exploratória, não havendo intenção de solucioná-lo neste trabalho. Entretanto, observa-se, em favor da adoção de preceitos maneiristas na arquitetura religiosa colonial mineira de pequeno porte, que capelas supostamente mais sofisticadas, do ponto de vista técnico e estético, como a Capela do Senhor Bom Jesus das Flores do Taquaral, na cidade vizinha de Ouro Preto, mantiveram o partido de composição descrito nesta seção. A Capela do Senhor Bom Jesus das Flores do Taquaral data de 1748 (MOURÃO, 1986, p. 79), “época de maior concentração de profissionais portugueses qualificados nos canteiros de obras das igrejas de Minas Gerais”, que “coincide [...] com o período áureo da atividade mineratória, entre 1730 e 1760, aproximadamente” (OLIVEIRA, 2014, p. 73).

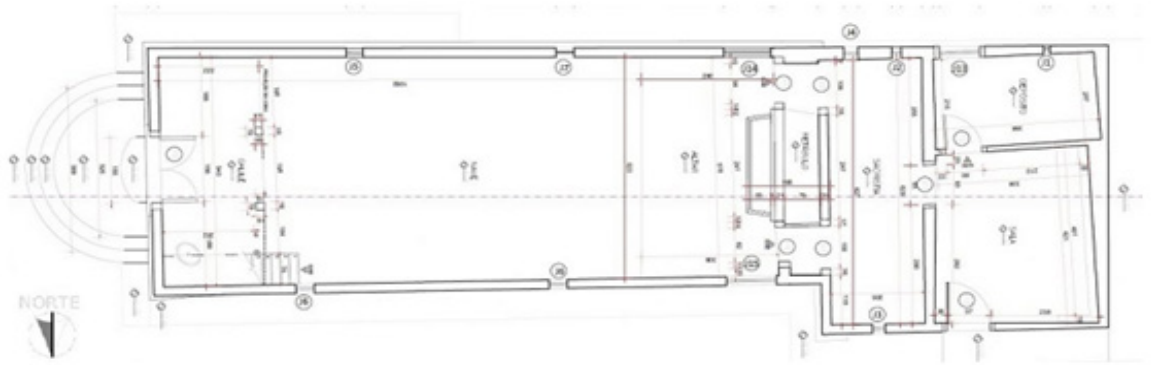


Figura 4 – Planta parcial da Capela de Santa Teresa D'Ávila, em reprodução sem escala

Fonte: Acervo do autor.

A planimetria da fachada, assim como a inexistência de qualquer tipo de ornamentação externa, fazem da Capela de Santa Teresa D'Ávila um edifício de paredes lisas e brancas que recebem e emitem a luz (Figura 5). A capela teria sido, nos primeiros anos do século XVIII, quando foi construída, um retângulo branco às margens do Ribeirão do Carmo, na paisagem de colinas e planícies cobertas de mata atlântica entremeadas de lavras de ouro e das primeiras roças de cereais e legumes estabelecidas pelos proprietários das datas (VASCONCELOS, 1999, p. 150-151). No frontispício (fachada Leste), observa-se o desequilíbrio entre cheios e vãos, estes concentrados na zona superior da fachada e isolados pelas vigas aparentes de madeira. As vigas de madeira cumprem a função dupla de peitoris e vergas das aberturas superiores da frontaria (Figura 5, setas vermelhas). Também possuem função dupla os frechais das fachadas Norte e Sul, que servem de vergas para os vãos designados em planta pelas siglas J5, J6 e J7 (Figura 4). O interior da capela é desprovido de ornamentação e possui aspecto ambíguo, que se expressa pelo confinamento sugerido pelas aberturas no topo das paredes, que impedem a visão do exterior, ao mesmo tempo anulado pelo som e pela luz natural, que entram pelas mesmas aberturas sem esquadrias e devolvem ao observador a ligação com o mundo externo, suscitando – talvez – a ênfase do Maneirismo na ambiguidade explícita (HAUSER, 1993, p. 22-23). O coro, que se localiza acima da entrada da capela, possui guarda-corpo de inspiração renascentista configurado por balaústres planos com as partes superiores e inferiores iguais e invertidas (CRAGOE, 2014, p. 207). A pia de água benta data provavelmente do século XVIII, existindo também uma pia batismal de procedência e época não averiguadas pelo investigador. Conservou-se o piso de terra batida até a década de 1990, quando foi recoberto de ladrilhos retangulares de pedra unidos com argamassa de cimento, conforme informação verbal da zeladora da capela. O forro em PVC (policloreto de vinila) branco descaracteriza o edifício construído em terra. A entrada da capela é alcançada por meio de uma escada de pedra natural, cujos três primeiros degraus são semicirculares – o terceiro, com patamar – e o quarto degrau, reto. A escada semicircular destoa do templo de linhas retas e parece incomum na

arquitetura religiosa das Minas setecentistas. Com efeito, a escada semicircular, que dá acesso ao adro dos profetas no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo (BAZIN, 1983, v. 2, prancha 85; BURY, 1991, p. 31), é a única referência a esse tipo de escada, encontrada em trabalhos sobre arquitetura religiosa mineira do período colonial (FALCÃO, 1946, p. 357; MOURÃO, 1986; CARVALHO, 2013). O desenho e a disposição das molduras almofadadas tornam a porta principal semelhante à porta que comunica a sacristia com a capela-mor, na Capela de Nossa Senhora da Piedade (Ouro Preto), registrada por Santos (1951, p. 106). Admite-se a hipótese de que tanto a escada semicircular quanto a porta almofadada, que são os únicos elementos decorativos no exterior da Capela de Santa Teresa D'Ávila, sejam adições resultantes de intervenções realizadas no decorrer da existência do templo. O bem móvel mais importante da capela é o retábulo de Santa Teresa D'Ávila, descrito a seguir. A inexistência de capela-mor diferencia a Capela de Santa Teresa D'Ávila das Capelas de Santo Antônio, Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês. Apesar de possuírem características que os individualizam, todos esses templos possuem traços da arquitetura maneirista definidos por Bury (1991), Hauser (1993), Pais da Silva (1996) e Argan (1999), citados nas linhas precedentes. No município de Mariana, ainda merece atenção a localização dos sinos das capelas. As torres laterais estavam reservadas para as igrejas matrizes, que começaram a surgir depois de 1724 em Minas Gerais (SMITH, 1939, p. 120). Em Mariana, os construtores das capelas encontraram duas soluções para essa restrição: inserção dos sinos nos vãos superiores da fachada, que desempenham as funções duplas de janelas e sineiras, a exemplo da Capela de Santo Antônio, da Capela de Santa Teresa D'Ávila, da Capela de São Bento e da Capela de Nossa Senhora das Mercês; e sustentação dos sinos por estrutura autônoma de madeira recoberta de telhas, exemplificada pela Capela de Santana. Essas duas soluções também foram adotadas em capelas setecentistas de outras cidades mineiras, como na Capela de Nosso Senhor do Bonfim (Santa Luzia), na Capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos (Itabirito) e na Capela de São Gonçalo (Minas Novas), que possuem sinos inseridos nas aberturas superiores da fachada. A estrutura autônoma de madeira, que sustenta um ou dois sinos, situada no adro, é usada na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Chapada do Norte. No município de Mariana – recorte geográfico desta investigação – a frontaria sem torre reforça o padrão maneirista das capelas setecentistas mineiras, “em voga desde que o Vignola e Giacomo Della Porta, e depois Maderna, nas igrejas de Jesús e de Sta. Susana, respectivamente, fixaram o novo padrão de frontispício sem torre, geralmente conhecido por ‘jesuítico’” (COSTA, 1941, p. 35).



Figura 5 – Fachada da Capela de Santa Teresa D'Ávila

Fonte: Acervo do autor.

3.5 ANÁLISE DE UM MÓVEL LITÚRGICO

Considera-se o retábulo da Capela de Santa Teresa D'Ávila (Figura 6) móvel de transição do Maneirismo para o Estilo Nacional Português, classificação estabelecida por Robert Smith (1962, p. 69) para retábulos caracterizados por dois elementos indispensáveis: a coluna de fuste em espiral – denominada “salomônica” – e o remate de arcos concêntricos, cuja combinação confere ao retábulo português sentido de movimento e efeito de unidade. Germain Bazin (1983, v. 1, p. 263) classifica de “portal-românico” aquele tipo de retábulo, situando sua produção entre o fim do século XVII e início do século XVIII, em Portugal. O mesmo autor distingue os principais elementos do retábulo portal-românico: coroamento em arco de volta redonda apoiado sobre dois pés-direitos, lembrando a forma da portada românica; espaço central ocupado por trono em degraus contendo a imagem de veneração; revestimento dourado; e colunas torsas recobertas por ornatos em espiral de folhas de acanto e ramos de videira. O retábulo de Santa Teresa D'Ávila possui características do Estilo Nacional Português, evidenciando-se a forma de portada românica e o trono central destinado ao orago. Entretanto, ao invés das colunas de fuste em espiral, o coroamento em arcos concêntricos, divididos em cinco aduelas, é suportado pelo entablamento e por pilastras que se assemelham a pilastra renascentista descrita por Cragoe (2014, p. 85): fuste ornamentado com relevos; capitel baseado na ordem coríntia, mas com ornamentação de folhas de acanto limitada aos ângulos do capitel; desenho naturalista de uma rosa ao centro que, ao invés de ornamentar o capitel, foi, no retábulo de Santa Teresa D'Ávila, colocada no friso, justamente a faixa central decorativa do entablamento clássico. As extremidades das aduelas deixam pendente um tímido festão sobre o

camarim, contendo quatro rosetas miúdas semelhantes àquelas que ornamentam os frisos. O posicionamento das pilastras interiores e seu entablamento podem ser comparados ao “modi” D de ligação entre “a meia-coluna e a parede”, de uma gravura sobre madeira de Sebastiano Serlio reproduzida por Biermann e seus colaboradores (2015, p. 70). Distingue-se, abaixo do camarim, na base do retábulo, uma cartela com motivos vegetalistas em relevo que, juntamente com o festão já mencionado neste parágrafo, pertence ao repertório decorativo da talha maneirista. A decoração em talha está contida na estrutura, remetendo o observador ao “tipo de retábulo maneirista, onde a montagem arquitectónica vence a dispersão plástica da escultura” (BAZIN, 1983, v. 1, p. 264; PAIS DA SILVA, 1996, p. 115). Supõe-se ainda que o contraste do retábulo, revestido integralmente de decoração em talha, com as paredes internas e externas do edifício que o abriga, desprovidas de qualquer tipo de ornamento, assinale duas qualidades da arte maneirista: a ênfase dada à parte em detrimento do todo (SHEARMAN, 1978, p. 152) e a sobrecarga com a decoração de áreas relativamente pequenas de superfícies (HAUSER, 1993, p. 376). O retábulo de Santa Teresa D’Ávila está arruinado por marcas de pregos, perda de policromia, fissuras, desaprumo vertical (trono), entre outras patologias. Parte de sua ornamentação em talha parece ter sido objeto de furto. A imagem de Santa Teresa D’Ávila – três vezes furtada e recuperada, segundo informações de morador do Distrito – foi retirada da capela, sendo que o pesquisador teve acesso àquela escultura somente após se comprometer, por escrito, a manter em segredo sua localização.

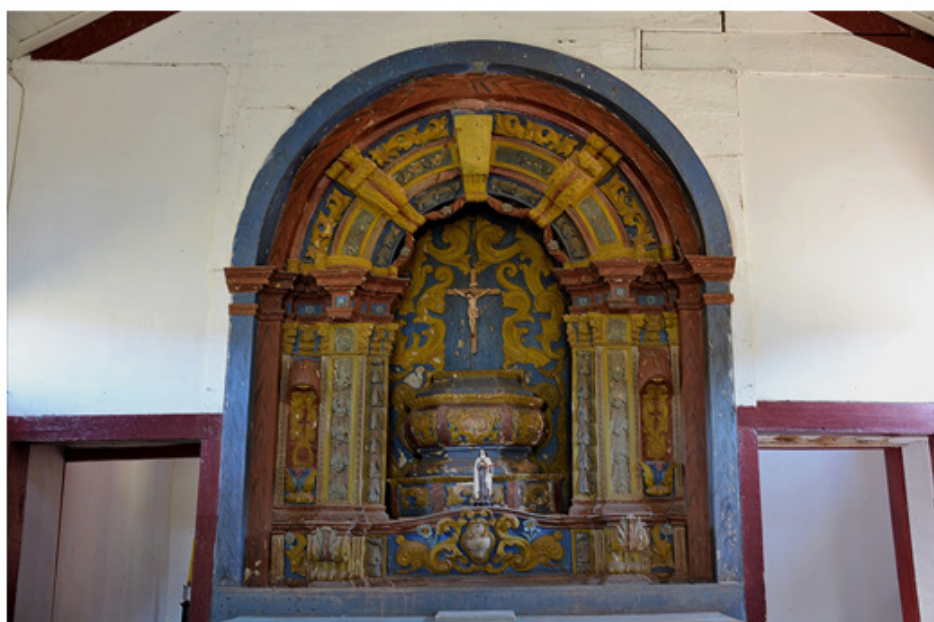


Figura 6 – Retábulo de Santa Teresa D’Ávila

Fonte: Acervo do autor.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe, no presente, base factual para se afirmar a existência de um programa

arquitetônico – intencional e institucionalizado – baseado no Maneirismo, para a arquitetura religiosa de pequeno porte construída no período de 1700 a 1750, em Mariana. Observou-se, contudo, a predominância do partido arquitetônico definido por planta retangular formada por nave e capela-mor com pé-direito mais baixo do que o da nave; telhado de duas-águas; sacristia com entrada independente e pé-direito mais baixo do que o da capela-mor; fachada sem profundidade, de porta única e dominada superiormente por poucas aberturas; inexistência de torre sineira; inexistência de decoração interna nas paredes e forros da nave, da capela-mor e da sacristia; decoração externa escassa ou inexistente; desequilíbrio entre superfícies cheias e vãos; desenho retangular das aberturas; funções duplas. No município de Mariana, esse partido de composição manteve-se, sem alterações, nas capelas construídas durante o período de 1700 a 1750, vinculando-as aos preceitos do Maneirismo e da arquitetura religiosa maneirista portuguesa. No contexto histórico-social de Mariana, torna-se necessário o aprofundamento da pesquisa em duas linhas de investigação: fixação de autorias das capelas e de seus bens móveis e integrados, assim como investigação do histórico de intervenções realizadas no decorrer da existência dos edifícios; e aplicação dos preceitos de tratados de arquitetura de autores dos séculos XVI, XVII e XVIII ao sistema construtivo das capelas, sem descartar, entretanto, a possibilidade do uso dos tratados apenas como guias para reprodução de formas visuais. Em 5 de novembro de 2015, o rompimento de uma barragem da Samarco Mineração S.A., controlada pela Vale S.A. e BHP Billiton Ltda., destruiu o Subdistrito de Bento Rodrigues (Distrito de Santa Rita Durão). O Ministério Público Federal declarou, ao denunciar a empresa responsável pela gestão da barragem de Fundão, a morte de dezenove pessoas no desastre e a existência de mais de trezentas famílias desabrigadas (BRASIL, Ministério Público..., 2015, p. 44). Conta-se, entre os edifícios que desapareceram sob 34 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de minério de ferro (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente..., 2015, p. 30), a Capela de São Bento e quase todos os seus bens integrados e móveis, especialmente a escultura de São Bento e o retábulo principal com características do estilo Dom João V. O desastre expôs a vulnerabilidade (JANCZURA, 2012, p. 302) das populações de Mariana e de seus Distritos, incluindo como fragilidade o desaparecimento de sua arquitetura tradicional.

5 | AGRADECIMENTO

O presente trabalho recebe apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (Processo n. 149353/2018-9).

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. Clássico anticlássico: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Provisões, portarias, licenças e etc. 1748-1750. Armário 2, Prateleiras 1, 2, 3, 4, Tomo II.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13532: elaboração de projetos de edificações – arquitetura. Rio de Janeiro, 1995.

BAZIN, Germain. A arquitetura religiosa barroca no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1983, 2 v.

BIERMANN, Veronica et al. Teoria da arquitetura: do Renascimento até aos nossos dias. Köln: Taschen, 2015.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/capela>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

BORIM, Alexandre et al. Inventário de proteção do acervo cultural. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana, 2009.

BRAGA, Sylvia Maria Nélo. (Coord.). Manual de conservação de cantarias. [s. l.: s. n.], 2000.

BRASIL. Minas Gerais (Estado). Mariana (município). Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana – COMPAT. Patrimônio protegido do município de Mariana/ MG. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzWEne8NnkDqbUt6Y3hncC1KNW8/view>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Mariana (MG). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/272>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudeste e sul. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Diretoria de Proteção Ambiental. Coordenação Geral de Emergências Ambientais. Laudo técnico preliminar: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, 2015. Disponível em: <http://ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Força Tarefa Rio Doce. Denúncia, 2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

BURY, John. Arquitetura e arte no Brasil colonial. São Paulo: Nobel, 1991.

CARVALHO, Márcio. Ouro Preto: uma viagem em pedra e ouro. Itaúna: Márcio de Lima Carvalho, 2013.

CATÁLOGO de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Disponível em: <<http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc011/CU-MinasGerais.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

CHARLES, Victoria et al. 1000 obras-primas da pintura. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Disponível em: <<http://domtotal.com/direito/pagina/detalhe/31867/codigo>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

- COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-100, 1941.
- CRAGOE, Carol Davidson. Como decifrar arquitetura: um guia visual completo dos estilos. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.
- FALCÃO, Edgard de Cerqueira. Relíquias da terra do ouro. São Paulo: S. A. Indústrias Graphicars-F. Lanzara, 1946.
- FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. Inventário da série “Termos de arrematação e contratos – 1715-1928” do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira S/A, 1954.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRASSI, Emily. Maneirismo. Florença: SCALA, 2011.
- HAUSER, Arnold. Maneirismo. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- HOCKE, Gustav René. Maneirismo: o mundo como labirinto. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.
- JORGE, Fernando. O Aleijadinho: sua vida, sua obra, sua época, seu gênio. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. O que é arquitetura. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- LIMA, Manolita Correia. Monografia: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MINKE, Gernot. Manual de construção com terra: uma arquitetura sustentável. São Paulo: B4, 2015.
- MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). História de Minas Gerais: as minas setecentistas, 1. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 55-85.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. As igrejas setecentistas de Minas. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de. A documentação como ferramenta de preservação da memória. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Barroco e rococó no Brasil. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.
- PAIS DA SILVA, Jorge Henrique. Estudos sobre o Maneirismo. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- RODRIGUES, Flávio Carneiro; MOREIRA, Maria Ângela Assunção. Notas históricas sobre Passagem de Mariana: Passagem até o século XXI. Mariana: Dom Viçoso, 2013.
- SANTOS, Paulo Ferreira. Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.

SHEARMAN, John. O Maneirismo. São Paulo: Cultrix, 1978.

SMITH, Robert Chester. A talha em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 1962.

SMITH, Robert Chester. Jesuit Buildings in Brazil. The Art Bulletin, New York, v. 30, n. 3, p. 187-213, 1948. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3047183>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

SMITH, Robert Chester. The Colonial Architecture of Minas Gerais in Brazil. The Art Bulletin, New York, v. 21, n. 2, p. 110-159, 1939. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3046628>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

TIRAPELI, Percival. Igrejas barrocas do Brasil. São Paulo: Metalivros, 2008.

TRINDADE, José da Santíssima. Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

TRINDADE, Raimundo. Instituições de igrejas no Bispado de Mariana. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

VASCONCELLOS, Salomão de. Mariana e seus templos: (era colonial) 1703-1797. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1938.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

VASCONCELOS, Diogo de. História antiga das Minas Gerais. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VITRÚVIO. Tratado de arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WEIMER, Günter. Arquitetura popular brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-266-1



9 788572 472661